

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: DIFICULDADES NA AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PERSPECTIVA DOS GESTORES DE ESCOLAS ESTADUAIS EM ALTA FLORESTA - MT

National school food program: difficulties in the acquisition of family agriculture from the perspective of state school managers in Alta Floresta – MT

Wagner Gervazio¹, Kauany França de Sousa², Delmonte Roboredo³, Adriana Matheus da Costa de Figueiredo⁴, Ana Luísa Araujo de Oliveira⁵

¹Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Brasil. Orcid 0000-0001-5731-878X, e-mail wagner.gervazio@unemat.br

²Engenheira agrônoma pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Alta Floresta, MT, Brasil. Orcid 0000-0003-2545-2241, e-mail: kauany.franca@unemat.br

³Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, SP, Brasil. Orcid 0000-0002-7365-6807, e-mail: roboredo@unemat.br

⁴Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Doutora em estatística e experimentação agropecuária pela Universidade Federal de Lavras – UFLA. Lavras, MG, Brasil. Orcid 0000-0002-8170-1284, e-mail: adrianasorato@unemat.br

⁵Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Orcid 0000-0003-3825-7445, e-mail: aluisamt@gmail.com

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE é a política que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e consolida a vinculação da agricultura familiar. O objetivo desse trabalho foi avaliar a acessibilidade do PNAE através da percepção dos gestores de escolas estaduais em Alta Floresta – MT. Os dados foram obtidos de entrevistas estruturadas com o auxílio de um questionário. A pesquisa foi realizada com gestores de 16 escolas estaduais. Os dados foram analisados de forma qualitativa, através da análise do conteúdo e uso de estatística multivariada. Os gestores acreditam que o PNAE contribui tanto para a renda familiar quanto para a permanência dos agricultores no campo. No entanto, a burocracia do processo; a falta de produtos; a logística; a pouca participação dos agricultores; e intermediários, obstaculizam a operacionalização do PNAE. Políticas públicas como o PNAE são importantes para o fortalecimento da agricultura familiar, para a produção de alimentos e incentivo à produção agroecológica. **Palavras Chaves:** Agricultores familiares, PNAE, política pública, chamada pública.

ABSTRACT

The National School Feeding Program - NSFP is the policy that provides for school meals and consolidates the link between family farming. The objective of this study was to evaluate the accessibility of the NSFP through the perception of managers of state schools in Alta Floresta - MT. Data were obtained from structured interviews with the help of a questionnaire. The survey was carried out with managers from 16 state schools. Data were analyzed qualitatively, through content analysis and the use of multivariate statistics. Managers believe that the NSFP contributes both to family income and to the permanence of farmers in the countryside. However, the bureaucracy of the process; the lack of products; the logistics; the low participation of farmers; and intermediaries, make the operationalization of the NSFP difficult. Public policies such as the NSFP are important for strengthening family farming, for food production and encouraging agroecological production.

Keywords Family farmers, PNAE, public policy, public call.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é a política pública de maior longevidade do país e da América Latina na área de segurança alimentar e nutricional e, considerado um dos mais abrangentes e duradouros programas na área de alimentação escolar do mundo (LIBERMANN e BERTOLINI, 2015). O PNAE passou por diversas reestruturações que levaram a avanços, dos quais um dos mais importantes é o incentivo para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local, e o respeito aos hábitos alimentares regionais e saudáveis (VILLAR *et al.*, 2013).

No Brasil, como forma de reconhecimento da importância da agricultura familiar, existem políticas públicas que visam o fortalecimento desta categoria social. Uma dessas políticas dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e consolida a vinculação da agricultura familiar com o PNAE. Na Lei 11.947 (BRASIL, 2009), aprovada em 2009, está estipulado que, no mínimo, 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo Governo Federal aos estados e municípios, deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar ou de suas organizações (VILLAR *et al.*, 2013). Assim, o PNAE se apresenta como uma estratégia de promoção da alimentação saudável (LIBERMANN e BERTOLINI, 2015). A produção de alimentos pela agricultura familiar é destaque para o cultivo de vários alimentos básicos, sendo que 70% de toda a alimentação produzida no Brasil é de origem da agricultura familiar (ROSSETTI, WINNIE e SILVA, 2016).

Entende-se que o PNAE constitui importante política pública, que objetiva incentivar a agricultura familiar, valorizando a produção familiar, ao pagar o preço médio vigente no mercado. Esse programa busca mitigar em parte um dos principais gargalos da agricultura familiar que é a comercialização dos seus produtos. Posto que, geralmente, estes agricultores ficam à mercê dos intermediários, que na maioria das vezes, os exploram pagando preços que não cobrem os custos de produção.

A aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar pode ser realizada dispensando-se o processo licitatório. Com a dispensa do processo licitatório, a aquisição é feita mediante prévia chamada pública. Os agricultores familiares, apresentam

seus projetos de vendas às secretarias e os projetos são selecionados de acordo com vários critérios. A Chamada Pública é a ferramenta mais adequada porque contribui para o cumprimento das diretrizes do Pnae, no que se refere à priorização de produtos produzidos em âmbito local de forma a fortalecer os hábitos alimentares, a cultura local e a agricultura familiar, aspectos fundamentais na garantia da segurança alimentar e nutricional (FNDE, 2016).

No município de Alta Floresta – MT, dois são os gestores públicos que fazem a aquisição da merenda escolar com recursos provenientes do FNDE: a Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação e a Assessoria Pedagógica de Alta Floresta da Secretaria de Estado de Educação (Seduc). Para esse último, os recursos destinados à merenda escolar são repassados diretamente para cada unidade escolar. Apesar da importância do PNAE, na compra da agricultura familiar, o município de Alta Floresta não alcança o mínimo exigido por lei.

Nos últimos anos, novas leis têm modificado programas como o PNAE, vulnerabilizando os sujeitos sociais que deveriam ser beneficiados. É o caso do Projeto de Lei (PL) 3292/20, que altera o marco legal do PNAE. O PL impõe a obrigatoriedade da compra de leite fluido e desconsidera a autonomia das escolas, das secretarias além do profissional nutricionista na elaboração do cardápio das escolas de acordo com as necessidades locais.

Dessa forma, é de fundamental importância para a sociedade a avaliação desse programa, no sentido de responder: qual a percepção dos gestores das escolas estaduais sobre os gargalos que obstaculizam a efetivação de no mínimo 30% da compra da merenda de agricultores familiares?

Assim, o objetivo desse trabalho foi avaliar a acessibilidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) através da percepção dos gestores de escolas estaduais em Alta Floresta – MT.

METODOLOGIA

Localização do estudo

O trabalho foi desenvolvido no município de Alta Floresta – MT (Figura 1), localizado no extremo norte de Mato Grosso, a 790 km de Cuiabá, localizado nas coordenadas geográficas: 9°54'0" Sul e 55°54'0" Oeste (CIDADES-BRASIL, 2021). O município possui uma população estimada de 51.959 habitantes e abrange uma área de 8.955,999 km² (IBGE, 2021).

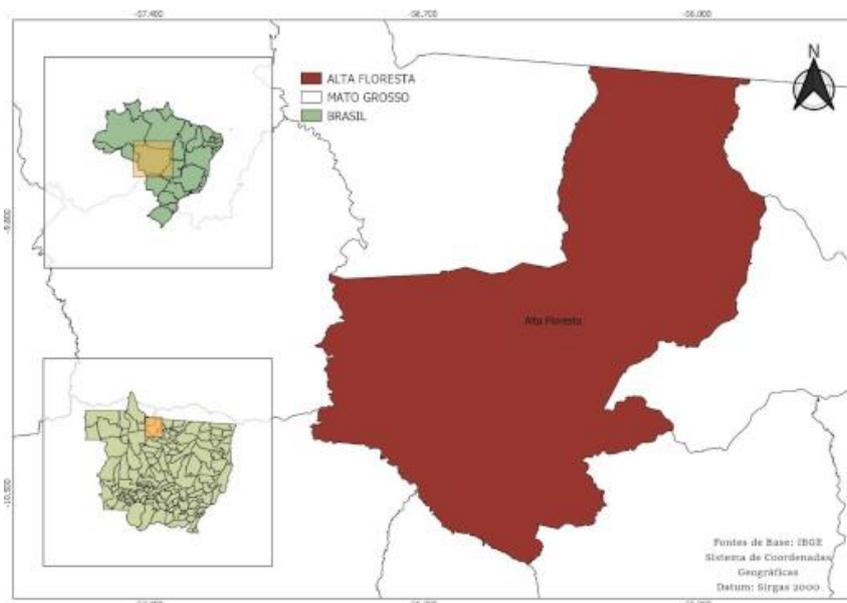


Figura 1. Mapa de Localização do Município de Alta Floresta – MT.
Fonte: Robson Gomes Pedro, 2021.

De acordo com o IBGE (2017), o município possui um total de 1.675 estabelecimentos rurais, sendo que 1.198 (71,52%) são estabelecimentos da agricultura familiar.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi baseada em fontes secundárias e primárias. As fontes secundárias foram: relatórios, leis, monografias e artigos relacionados ao PNAE, sites do FNDE e informações por e-mail da SEDUC/Cuiabá. As fontes primárias foram obtidas por intermédio de entrevistas estruturadas, por meio de questionário constituído com questões

fechadas e abertas (RICHARDSON, 1999), com o intuito de compreender a acessibilidade do PNAE no município.

Inicialmente foram elaborados e analisados os questionários para aplicação de um pré-teste buscando validar o roteiro de entrevistas para reformulações e inserções de perguntas mais condizentes com o público a ser entrevistado que foi “... testado em sujeitos com as mesmas características da população alvo da pesquisa” (RICHARDSON, 1999, p. 202).

Adotou-se a abordagem da pesquisa qualitativa, inspirada em Minayo, Deslandes e Gomes (2008), onde ressaltam que uma boa amostragem é aquela que possibilite abranger a totalidade do problema, investigado em suas múltiplas dimensões.

A pesquisa foi conduzida após aprovação do Comitê de ética (CAAE) 03722918.2.0000.5166 e Parecer 3.204.229 da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de forma presencial e/ou virtual.

Em Alta Floresta existem 18 escolas estaduais (EE). A pesquisa foi realizada com os gestores de 16 escolas estaduais. Do total das EE pesquisadas, 12 estão localizadas na zona urbana e quatro na zona rural (Figura 2).

Durante as diferentes etapas do projeto foi adotado registro visual (VERGARA, 2006) por intermédio de fotografias e filmagens do universo pesquisado. Utilizou-se também o registro oral com gravador digital (WHITAKER, 2002), para facilitar a obtenção dos dados e ampliar a garantia das informações obtidas, principalmente no que tange às frases empregadas pelos entrevistados para expressar suas (in) satisfações. Ressalta-se que todas as gravações foram efetuadas com a devida autorização dos entrevistados seguindo a orientação de Whitaker (2002) e Meihy e Ribeiro (2011).

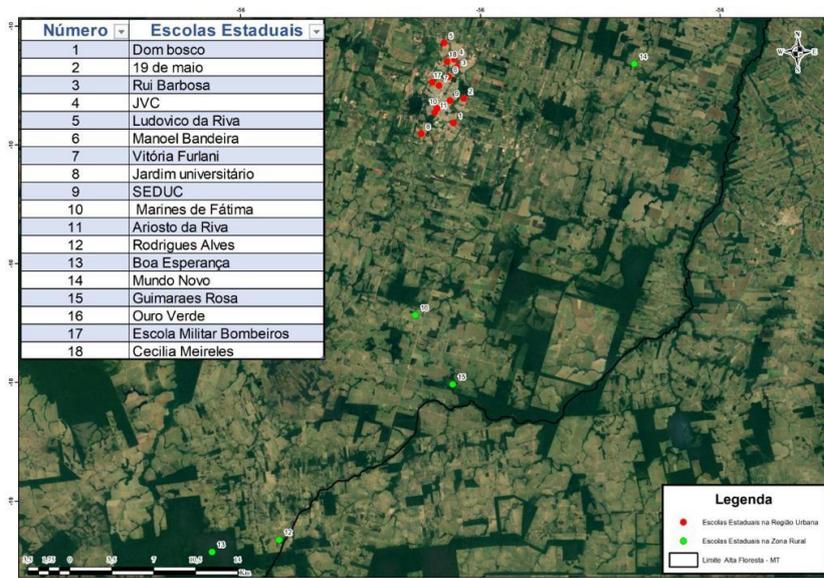


Figura 2. Mapa de Localização das Escolas Estaduais situada na zona urbana e na zona rural de Alta Floresta/MT.

Fonte: Robson Gomes Pedro, 2021.

As entrevistas iniciaram em fevereiro de 2020 com término em junho de 2021. Elas foram marcadas antecipadamente com cada entrevistado/a através de contato telefônico e/ou por mensagem via Whatsapp onde era definido o dia e o horário que ficasse melhor para cada entrevistado. Não foi possível realizar todas as entrevistas presencialmente devido a pandemia da Covid-19. Para tanto, foi necessário realizar remotamente via ligação telefônica, Whatsapp ou Google Meet.

Buscando assegurar a confidencialidade da pesquisa e a ética na pesquisa, foram atribuídos códigos as entrevistas, letra “D” para os diretores das Escolas Estaduais, seguindo pelo número no questionário. Entre as Escolas Estaduais, não foi possível entrevistar os representantes de duas escolas, apesar de convites feitos por telefone e/ou por e-mail.

Análise de dados

Os dados foram analisados de forma qualitativa (MINAYO, 2010), através da análise do conteúdo (BARDIN, 2011) das manifestações dos pesquisados. Também se fez o uso da estatística multivariada, utilizadas a análise de correspondência múltipla (ACM) e análise de correspondência simples (ACS). Tanto a ACM quanto a ACS foram obtidas por meio

do software estatístico RStudio (RSTUDIO TEAM, 2020). Os dados secundários serão associados aos resultados da pesquisa para contribuir nas discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percepção dos gestores das Escolas Estaduais sobre o PNAE

No âmbito das escolas estaduais, as opiniões são diversas. Observa-se que os entrevistados acreditam que o PNAE contribui, tanto para a renda familiar quanto para a permanência dos agricultores no campo, pois tem como principal motivo a “garantia de venda” dos produtos oriundos da agricultura familiar através do PNAE. No entanto, alguns entrevistados não acreditam que o PNAE contribui para a renda familiar e nem para a permanência do agricultor no campo, devido a motivos específicos, quais sejam: a “burocracia do processo”; “ilusão para o produtor” pois existe uma quantidade limitada; “falta de produtos”; “logística”; “pouca participação dos agricultores no PNAE”; e “evitar intermediários” (Figura 3).

O primeiro motivo de não contribuir para a renda familiar e a permanência da agricultura familiar no campo é a “burocracia do processo”, ou seja, para que o agricultor familiar participe da “chamada pública” necessita entregar uma série de documentos e um projeto de venda. Essa burocracia gera dificuldades para alguns providenciarem a documentação exigida, pois muitos não tem conhecimento suficiente para elaborar o projeto de venda, levando o agricultor a desistir de participar da “chamada pública”. Outra coisa que dificulta bastante a participação dos agricultores familiares na “chamada pública” é o valor da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que as vezes acaba ficando inviável para o agricultor se sustentar somente da sua produção.

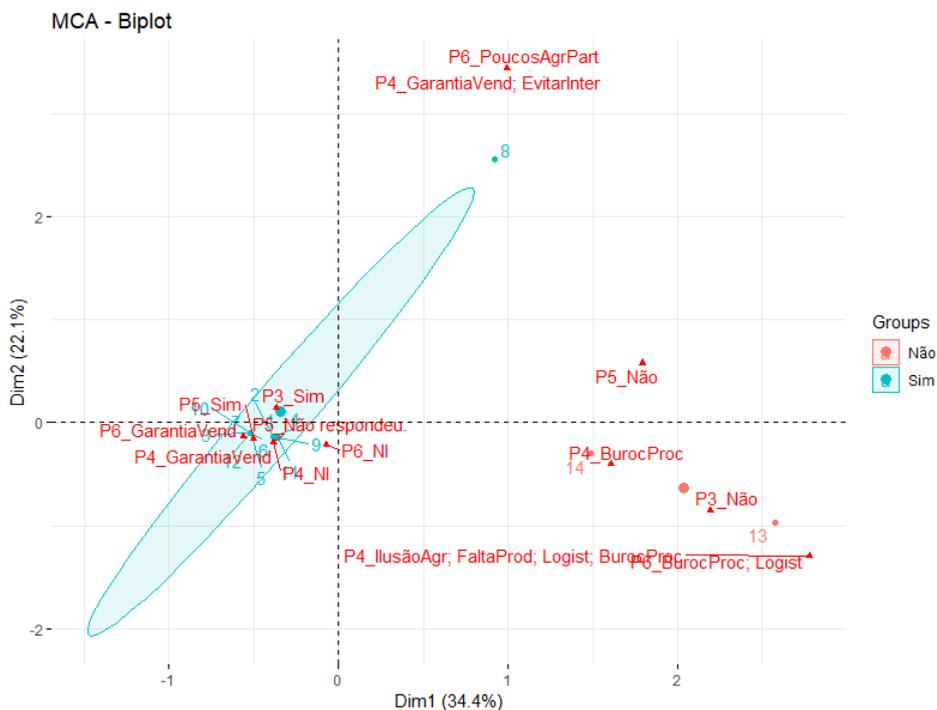


Figura 3. Melhoria na renda familiar e permanência no campo através do PNAE.
Legenda: “BurocProc” – Burocracia do Processo. “Logist” – Logística. “IlusãoAgr” - ilusão para o produtor. “FaltaProd” – falta de produtos. “GarantiaVend” – garantia de venda. “PoucosAgrPArT” - pouca participação dos agricultores no PNAE. “EvitarInter” - evitar intermediários.
Fonte: Autores, 2021.

O entrevistado D-14 (2021) vê muitas dificuldades para o agricultor comercializar sua produção através do programa, conforme ele diz:

O cara eu não acredito não, eu não acredito por que eu vejo assim dificulta muito para o produtor é muita burocracia. É muita burocracia pro produtor vender um pouquinho de alimento que ele colher que é uma demanda pouca, deveria ter uma facilidade maior para o produtor rural. Ele (produtor) nem deveria participar da “chamada pública”. Eu acho que eles (produtores) nem deviam participar, deveria vi um recurso destinado para isso e um equipe produz e eles entregam essa mercadoria. Muitas vezes o cara que participa da “chamada pública” lá ele tem que juntar com um monte de outros para tentar ter essa quantidade de produto. E daí as vezes ele ganha e desamina, aí o cara lá que produziu, mas o cara que fez a chamada desaminou e ele não pode entregar o produto dele. Então acredito que assim deveria facilitar essa parte burocrática (ENTREVISTADO D-14, 2021).

Na mesma linha de pensamento segue a percepção do entrevistado D-13 (2021) que diz sobre a contribuição do PNAE:

Muito pouco, quase insignificante. Se o produtor depender do PNAE para sobreviver ele não sobrevive. Se alguém incentivar o produtor a entrar no PNAE

está sacrificando o produtor. Ele tem que ter uma rede de mercado bem ampla para viver. No PNAE o produtor vira varejista, e o varejista tem todo custo do transporte de burocracia com nota e recebimento. E se ele virar atacadista tem um menor receita por unidade do produto, mas mexe com volume muito maior começa a viabilizar a burocracia e transporte. Transporte é um negócio que pega heim. Normalmente produto perecível o transporte fica mais caro que o produto (ENTREVISTADO D-13, 2021).

De acordo com Becker e Anjos (2010), existem obstáculos de caráter burocrático para inserção da agricultura familiar no PNAE, também existe certo despreparo dos gestores e problemas com a organização dos agricultores familiares para acessar as “chamadas públicas”.

Segundo Assis, França e Coelho (2019), entre os atores que estão envolvidos na compra, os desafios também são expressivos, muitas vezes esses atores não estão atentos para as características e especificidades da agricultura familiar local. No entanto pode-se observar que é fundamental a participação e atuação dos órgãos de assistência técnica para ajudar os agricultores familiares a compreender e realizar essa parte burocrática do processo.

O segundo motivo de não contribuir para a renda e nem a permanência no campo é “falta de produtos”. De acordo com os atores públicos das escolas estaduais entrevistados isso ocorre por parte dos agricultores devido à sazonalidade na produção. Isso acontece porque alguns produtos não são possíveis de produzir durante todo o ano sem que haja o emprego de um mínimo de tecnologia envolvida, como por exemplo o plantio em estufas. Todavia, vários agricultores familiares não conseguem montar essa estrutura e acabam ofertando o produto em alguns períodos do ano, sobretudo no período de abril a outubro. Desse modo, quando a escola solicita, acontece do agricultor não possuir o produto no momento:

Ai eles (produtores) não têm o produto para entregar e eles falam: olha, não temo o produto agora, aí a escola não paga, aí quando vai pagar já é no meio da safra, quando tem safra aí faz o pagamento. Então o que acontece? Fica tudo amarrado para o final de ano, quando tem produção, entendeu? Aí fica nesse percentual de 15% a 20% (ENTREVISTADO D-1, 2020).

Já o entrevistado D-5 (2020) diz: “então, um dos maiores problemas que nós enfrentamos durante esses cinco anos, por que a pessoa vai e coloca que vai entregar e na hora de entregar não tem, e daí você não tem como executar por que a pessoa não tem o produto”.

E o entrevistado D-11 (2021) confirma dizendo que “pelo menos na minha experiência aqui da escola quando você pede para o agricultor e ele não tem para entregar ou demora muito e a gente não pode estar mudando o cardápio o tempo todo”.

Segundo Assis, França e Coelho (2019), nesse caso, tem sido recomendado que sejam realizadas chamadas públicas ao longo do ano, visando contemplar os diferentes produtos de cada época e os diferentes preços.

O terceiro principal motivo é a “logística”, ou seja, a entrega dos produtos. Os entrevistados alegam que quando solicitam os produtos, as vezes os agricultores não possuem os mesmos para realizar a entrega fazendo com que a escola fique sem, pode acontecer também, dos produtos chegarem danificados, devido ao transporte utilizado para a entrega e a demora da mesma. Geralmente os agricultores precisam realizar todo um percurso para que sejam entregues em todas as escolas que solicitaram e com isso pode acontecer de folhosas, por exemplo, chegarem murchas entre outros, por causa do modo de transporte (em sua maioria muito quente e não refrigerado) e, com isso as escolas acabam recusando os produtos.

Os entrevistados D-10 e D-13 destacam as dificuldades que o produtor tem para participar no que tange à logística:

Ter que vender para todas as escolas, tipo assim ele vai entrega para uma escola tem que entregar para todas as escolas. Aí se o produtor não tiver uma logística boa, uma estrutura boa ele não vai conseguir, não vai nem se habilita. Tipo assim se for micro produtor ele não vai ter como distribuir esse produto aí ele nem se habilita né (ENTREVISTADO D-10, 2020).

Moro no rural desde sempre e vou falar a verdade: não é um bom negócio para o produtor rural, é uma ilusão. A quantidade é limitada, a sazonalidade de entrega, compromisso contratual, problemas na entrega, funciona mais nas cooperativas que tem secretária e escritório (ENTREVISTADO D-13, 2021).

O quarto motivo é a “pouca participação dos agricultores no PNAE”, e isso ocorre devido ser muito pouco divulgado o programa no município, contribuindo para que alguns agricultores não tenham conhecimento do mesmo. Os agricultores familiares que conhecem o programa não participam mais devido à falta de logística, a burocracia do processo que é grande e, não possui um acompanhamento ou um auxílio para ajuda-los nesse processo.

Conforme o entrevistado D-13 (2021) diz:

É, pela pouca participação na chamada pública dos itens que tem e outra dos itens que tem para participar a escola produz. Por exemplo não pegamos folhosa por que até chegar já estragou. Se a escola pede 50 pés de alface por 2 reais cada, vai ser 100 reais não paga nem o frete além da perecibilidade (ENTREVISTADO D-13, 2021).

E o entrevistado D-10 (2020) comenta que “acredito que não ter fornecedor, por que aqui no caso o principal fornecedor é a cooperativa que vende mais. Não chega aos 30% por que falta fornecedor, tem mas, não é suficiente”.

A maioria dos entrevistados afirmam que os contratos assinados, entre as partes (escolas estaduais e agricultores familiares), não são cumpridos devido a “falta de comunicação dos agricultores com as escolas estaduais”, a “logística”, a “falta de produtos devido à sazonalidade na produção”, a “falta de diversidade de produtos” e a “reclamação dos agricultores sobre as escolas que não pegam todos os produtos firmados nos contratos”. Em alguns casos as escolas não solicitam todos os produtos que podem solicitar, pois essas “escolas produzem alguns produtos” na horta escolar (Figura 4).

O principal motivo do não cumprimento dos contratos é a “falta de comunicação dos agricultores com as escolas estaduais”, pois de acordo com os gestores entrevistados, os agricultores não possuem uma comunicação maior com as escolas para se planejarem para plantar e entregar os produtos solicitados de acordo com os contratos. Para o entrevistado D-7 (2020),

Depende do período, os produtores deveriam ter um contato com as escolas para fazer um mapeamento (planejamento). Não pode ser só nesse mês, por que temos um cardápio, não posso pegar tudo de uma vez. Precisamos fazer uma programação. Você precisa do produtor e o produtor não tem o produto (ENTREVISTADO D-7, 2020).

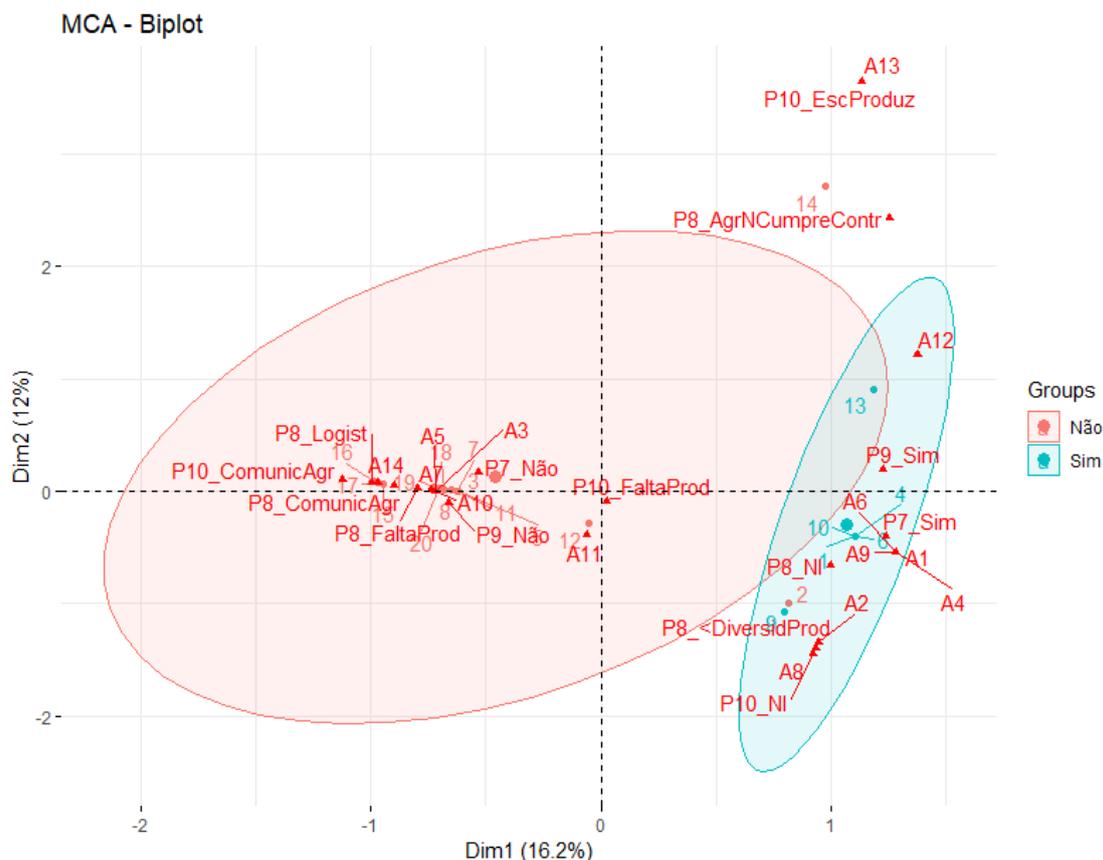


Figura 4. Análise de correspondência múltipla da associação entre as variáveis “Cumprimento dos contratos assinados entre as partes (Escolas Estaduais e Agricultores familiares), se recebem ou não os produtos” e “por que não são cumpridos os contratos”.

Legenda: “ComunicAgr” - falta de comunicação dos agricultores com as Escolas Estaduais, “Logistic” - logística, “FaltaProd” - falta de produtos devido à sazonalidade na produção, “DiversidProd” - falta de diversidade de produtos, “AgrNCumpreContr” - reclamação dos agricultores sobre as escolas que não pegam todos os produtos firmados nos contratos, “EscProduz” – falta de escala na produção.

Fonte: Autores, 2021.

Outro motivo é a “falta de diversidade de produtos”, pois ultimamente, no município de Alta Floresta, de modo geral a agricultura familiar cultiva muito hortaliças principalmente folhosas e cheiro verde, que é o que se tem mais consumo na cidade e com isso eles não abrangem em uma diversidade de produtos devido seu pouco consumo ou medo de não ter comercialização para os mesmos. Dessa forma, fica em falta para comercializar no PNAE, visto que não há muitos agricultores fornecendo para o programa, uma vez que a maioria dos agricultores cultivam os mesmos produtos.

O entrevistado D-12 (2021) relata:

Eu acho que diversidade é pouca de produtos. Devia ter mais produtos. Por que assim esse levantamento é feito pelo cardápio que a gente elabora né, eu não posso nem te falar assim; por que a gente pede o produto e o produtor não consegue entregar ou não tem o produto naquele momento para entregar. Então eu acho que é mais pela diversidade. Tinha que ter mais (ENTREVISTADO D-12, 2021).

O último motivo a ser citado é a “Reclamação dos agricultores sobre as escolas que não pegam todos os produtos firmados nos contratos”.

O entrevistado D-12 (2021) ressalta que:

A maioria entrega, o que eu vejo é muita reclamação por parte do agricultor pela escola que não consome tudo aquilo que foi planejado né. Fora esse ano (2021) que foi um ano atípico né. Porque início de ano a gente faz uma programação de demanda né, durante o ano a gente tem que passar para a assessoria uma previsão do que você vai consumir pro produtor poder se planejar e fornecer né. A gente ouve muita reclamação do produtor de que algumas escolas faz a programação da demanda mais durante o ano não consome e gera prejuízo ao produtor (ENTREVISTADO D-12, 2021).

Na percepção dos gestores isso ocorre porque alguns agricultores alegam que existem escolas que planejam uma quantidade de produtos para consumir durante o ano. No entanto, tem escola que não consome nem a metade dessa quantidade, deixando assim o agricultor no prejuízo, uma vez que ele não tem uma segunda saída para escoar essa produção (no mesmo valor de mercado, só em valor inferior), podendo levar muitos agricultores a desistirem de participar do programa.

CONCLUSÕES

Os gargalos que obstaculizam a operacionalização do PNAE no município de Alta Floresta - MT para alcançar o mínimo de 30% na visão dos gestores escolares são: burocracia do processo; pouca participação dos agricultores no PNAE; falta de comunicação dos agricultores com as Escolas Estaduais; logística; falta de produtos devido à sazonalidade na produção; falta de diversidade de produtos; e a reclamação dos agricultores sobre as escolas que não pegam todos os produtos firmados nos contratos.

Para resolver esses gargalos, se faz necessário articulação dos gestores públicos, das escolas e agricultores familiares, para que se possa alcançar e até superar os 30%

defendidos na lei 11.947/2009. As políticas públicas como o PNAE são importantes para o fortalecimento da agricultura familiar, para a produção de alimentos e incentivo à produção agroecológica.

AGRADECIMENTO

Agradecimento especial à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT) pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Tiago R. P.; FRANÇA, André G. M.; COELHO, Amanda M. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. **Revista Econ. Sociol. Rural** v. 57, n. 4, p. 577-593, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 288p.

BRASIL. Lei nº 11.947, 16 junho 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Presidência da República – Casa Civil. Brasília/DF. 16 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 20 out. 2021.

BECKER, Cláudio; ANJOS, Flávio S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, em municípios do sul Gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 17. n. 1, p. 71-72, 2010.

CIDADE-BRASIL. **Cidade Brasil**, 2021. Página do Município de Alta Floresta. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-alta-floresta.html#traducao>> Acesso em: 12 jun. 2021.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. Brasília: FNDE, 2016. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/8595-manual-de-aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>> Acesso em: 04 out. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017. **Página do Município de Alta Floresta**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/alta-floresta/panorama>> Acesso em: 12 jun. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

LIBERMANN, Angelita P.; BERTOLINI, Geysler R. F. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 11, p. 3533-3546, 2015.

MEIHY, José C. S. B.; RIBEIRO, Suzana L. S. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011. 198p.

MINAYO, Maria. C; DESLANDES, Sueli; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 96p.

MINAYO, Maria. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010. 416p.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

ROSSETTI, Francini X.; SILVA, Marina V.; WINNIE, Lo Way Y. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 23, n. 2, p. 912-923, 2016.

RSTUDIO TEAM (2020). RStudio: Integrated Development for R. **RStudio, PBC, Boston, MA**. Disponível em: <<http://www.rstudio.com/>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

WHITAKER, Dulce C. A. A origem do nosso método. In: WHITAKER, Dulce C. A. (Org.). **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras à Margem, 2002. 256p.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 146p.

VILLAR, Betzabeth S.; SCHWARTZMAN, Flavia; JANUARIO, Bruna L.; RAMOS, Jamile F. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar. **Rev Bras. Epidemiol.** v. 16, n. 1, p. 223-226, 2013.